

Tarifaço de Trump não é ruim, mas Brasil fica sob risco em relação à China, dizem analistas

Especialistas veem pontos positivos na adoção de taxa de apenas 10% para o Brasil

Por Marcos de Moura e Souza, Marcelo Osakabe, Marta Watanabe, Alex Jorge Braga, Michael Esquer e Camila Zarur — De São Paulo e do Rio

03/04/2025 05h02 - Atualizado há 5 horas

O impacto do tarifaço anunciado ontem por Donald Trump, presidente dos Estados Unidos, não deve considerar unicamente a aplicação de tarifa mínima de 10% para as importações de origem Brasil, afirmam especialistas ouvidos pelo **Valor**.

Alguns deles manifestaram preocupação específica com uma eventual “invasão chinesa” no mercado brasileiro, de produtos que seguiriam para os EUA e terão de ser redirecionados.

Outros fatores, como a reação dos demais países que foram alvos de tarifas muito maiores e eventuais negociações com os EUA, além do efeito que as novas alíquotas poderão ter nos preços relativos, podem afetar as relações comerciais brasileiras, apontam economistas. Um acordo entre EUA e China, por exemplo, poderia afetar exportações brasileiras de soja e carnes.

Para Livio Ribeiro, sócio da BRCG e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), tudo é uma estratégia para “jogar para negociação”. “O que me preocupa, na verdade, é que não sabemos qual é a disposição de todos para negociarem.” Embora ainda haja muita “confusão”, diz, o que Trump anunciou foi uma tarifa universal de 10%, aplicada ao Brasil, mas determinadas economias, como União Europeia e China, que são os maiores detentores do déficit comercial com os Estados Unidos, vão sofrer tarifação mais elevada.

Para Ribeiro, uma leitura de que uma tarifa de 10% ao Brasil e de 34% para a China pode dar vantagem aos produtos brasileiros no mercado americano é equivocada. “O que interessa, na verdade, será o movimento de todos os preços relativos. Estamos no início do processo, e não no final. As margens de absorção das tarifas são muito diferentes.” É muito prematuro, segundo Lia Valls, também pesquisadora do Ibre e professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), dizer que 10% são uma tarifa baixa. Dos produtos que o Brasil exporta aos EUA, diz, petróleo e avião têm tarifa zero. “Aeronaves têm valor agregado alto. Um aumento de 10% faz muita diferença no preço de um avião”, ressalta. “Mas creio que para esses produtos deve haver negociação. A Embraer, por exemplo, tem fábrica nos Estados Unidos, o que deve levar a uma negociação.”

Trump, diz Valls, quis machucar mais a Ásia, com tarifas mais altas para os países da região.

A decisão do governo Donald Trump de impor tarifas de 34% aos produtos chineses que entrarem nos EUA deverá provocar um efeito secundário no comércio global, que tende a atingir em cheio o Brasil, diz Matias Spektor, professor e vice-diretor da Escola de Relações Internacionais da FGV de São Paulo. Com o mercado americano mais fechando à China, fabricantes chineses tendem a buscar outros mercados para seus produtos baratos. E o Brasil deve ser um dos alvos.

“Um dos maiores problemas para o Brasil agora vai ser a enxurrada de produtos de outros países que, não conseguindo entrar no mercado americano, vão terminar se espalhando pelo mundo. A maior preocupação, obviamente, é com produtos chineses porque a China tem uma capacidade muito importante de pressionar o Brasil”, disse ao **Valor**.

“Como o Brasil depende muito da China, uma vez que o país é destino de cerca de 30% das exportações brasileiras, a China tem alavancagem política com a gente enorme”, disse ele. “Então o efeito não intencional das novas tarifas dos EUA será a contratação de uma relação comercial mais tensa entre o Brasil e a China.”

Spektor nota que a decisão dos EUA de deixarem o Brasil no grupo dos países menos afetados pela nova regra tarifária, com apenas 10%, um ponto positivo. Ainda assim, o percentual pesará sobre os negócios de muitos exportadores no Brasil que hoje veem seus produtos entrarem no mercado americano com tarifas mais baixas.

Há dois pontos positivos a serem tirados do anúncio feito pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, avalia o economista da Tendências Consultoria, Sílvio Campos Neto. O primeiro é a decisão de não adotar uma tarifa universal - especulava-se até 20% para todos os parceiros comerciais dos americanos. O segundo é que o Brasil recebeu o patamar mínimo da tarifa recíproca, de 10%.

“Chega a ser um alívio pontual, mas o fato de que muitos países tiveram tarifas muito mais altas, incluindo parceiros comerciais muito importantes, como a União Europeia, Japão e China, sugere que o anúncio de Trump seja apenas o ponto de partida para um processo de negociação dos EUA com todo o planeta”, diz. Para o economista da Tendências, o país precisa continuar o trabalho de convencimento das autoridades americanas sobre os malefícios das tarifas e da complementariedade de algumas indústrias, como a do aço.

O tarifaço acabou não sendo uma notícia tão ruim para o Brasil no primeiro momento, avalia o economista o sócio da GO Associados, Gesner Oliveira.

“Foi aplicada a menor alíquota, de 10%, algo similar ao que ocorreu com a Argentina, por exemplo, um governo ideologicamente mais próximo do governo Trump. A reação do governo brasileiro tem sido cautelosa, com disposição para negociação, conforme declarações do vice-presidente”, avalia o economista em comentário distribuído.

Ele alerta que no médio prazo, por outro lado, os custos e preços poderão ficar mais altos se as tarifas elevadas persistirem.

Na visão do setor calçadista, é possível que a tarifa mínima de importação de 10% para produtos brasileiros, combinada com a taxaço maior de países asiáticos, crie oportunidades para a indústria brasileira do setor, avalia a Abicalçados, associação dos fabricantes brasileiros. Haroldo Ferreira, presidente-executivo da associação, explica que a tarifa média aplicada nos Estados Unidos para calçados brasileiros é de 17,3%. “Como foi ventilado o mínimo de 10%, pode ser que não nos afete muito”, diz. As tarifas aplicadas a calçados brasileiros nos EUA, diz, variam de 0% a 48%.

Com a “tarifa recíproca” mínima de 10% nas exportações para os Estados Unidos, o Brasil se torna um parceiro comercial mais competitivo do que aqueles com percentuais maiores, como China, com 34%, e União Europeia, com 20%, avalia o economista-chefe da G5 Partners, Luis Otávio de Souza Leal. Segundo ele, a primeira impressão após o anúncio do presidente americano, Donald Trump, é que a medida foi mais suave do que se esperava. “Acredito que por terem superávit na balança comercial, eles pegaram mais leve com o Brasil”, afirma. “Nem mesmo o etanol, que é um produto competitivo entre os dois países e sofre pressão de maior taxaço pelo agronegócio americano, foi suficiente para um percentual maior nessa tarifa.”

“

Um dos maiores problemas para o Brasil agora vai ser e enxurrada de produtos de outros países”

— Matias Spektor

Ainda não está claro como as sobretaxas serão aplicadas, mas percentual menor para o Brasil em relação a China e União Europeia abre uma possibilidade de o Brasil ampliar sua competitividade no mercado americano, diz Sandra Rios, diretora do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (Cindes) e senior fellow do Cebri.

Welber Barral, sócio da BMJ e ex-secretário de Comércio Exterior, concorda que o cenário brasileiro ficou menos pior do que o dos países que receberam taxas mais altas. Contudo, avalia que o impacto do “tarifaço” é negativo para o mundo como um todo - e isso inclui os Estados Unidos.

“A notícia não é boa para o mundo. [Ela] cria instabilidade, gera inflação nos Estados Unidos, e isso pode levar ao aumento da taxa de juros. Há também uma desobediência de acordos internacionais e fragilização do multilateralismo. Então a situação é imprevisível e é ruim para investimentos”, afirma Barral, que acredita que as sobretaxas levaram a um aumento dos preços no mercado americano.

O cientista político Oliver Stuenkel, professor da Fundação Getulio Vargas (FGV), vê o anúncio de Trump como “um novo capítulo no processo de ruptura com o sistema de comércio internacional construído nas últimas décadas”. “Talvez o mais dramático até agora”, completa. O especialista acredita que ainda é cedo para avaliar todos os impactos, até porque muitos países e empresas devem se movimentar para pedir exceções às tarifas ou negociar melhores condições.”

Para o embaixador Marcos Caramuru, conselheiro consultivo do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), as medidas tarifárias de Trump não seguem “espírito de liberalização mundial” e reforçam o perfil protecionista adotado neste segundo mandato no republicano à frente da Casa Branca. O diplomata afirma ainda que o “tarifaço”, ao atingir países, e não produtos ou setores específicos, fere a regra da nação mais favorecida e cria ambiente de instabilidade para as empresas.

“Do ponto de vista das regras do comércio, é uma violação ainda maior do que as violações que ele tem feito até o momento. As relações comerciais sempre se pautaram pela cláusula da nação mais favorecida em primeiro lugar. Isto é, a tarifa que se aplica a um, se aplica a todos, com raras exceções. [Com o anúncio] é um turbilhão nas regras comerciais”, diz Caramuru.

A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) avalia que o tarifaço não é positivo para o Brasil, mas precisa ser analisado com mais profundidade. “O impacto dependerá de como nossos concorrentes diretos foram tarifados”, diz, em nota.

Para a Abimaq, “alterações abruptas nas tarifas de importação tendem a resultar em insegurança comercial e econômica. Essa elevação de tarifa pode gerar impactos negativos significativos para nossa economia e para a indústria brasileira de máquinas e equipamentos”.

O cálculo apresentada pelo presidente americano para a definição da lista de tarifas aos diversos países mostra “arbitrariedade enorme” e deve ser um dos elementos da negociação para as nações afetadas, diz Felipe Rainato, advogado e gerente da área de comércio internacional do escritório Hondatar.

Pelo anúncio, diz, foram considerados a tarifa nominal, além “do que se entendeu como barreira não tarifária e manipulação cambial”. “Não sei se é tão simples ter um cálculo global para manipulação cambial dentro de um país, principalmente quando estão envolvidas barreiras comerciais. Esse é um fator importante que também deve entrar na negociação, para analisar quais são os elementos que foram usados para compor esse cálculo da tarifa média”, diz Rainato.

Ver também [Taxa de 10% sobre o Brasil pode até gerar ganhos de mercado](#)